



GT 43. Etnografias da deficiência

Coordenador(es):

Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP)

Fagner Carniel (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 1 - Objetivações Corporalizadas e Deslocamentos Epistêmicos

Debatedor/a: Pedro Lopes (ESCOLA DA CIDADE - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Sessão 2 - Movimentações e mutações no ativismo da Deficiência

Debatedor/a: Nádia Elisa Meinerz (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 3 - Limites e Impasses nas Políticas Públicas

Debatedor/a: Natan Monsores de Sá (UNB - Universidade de Brasília)

O presente GT apresenta a temática da deficiência como uma experiência multidimensional e impulsionadora de inúmeros desafios de análise, e aceitaremos trabalhos sobre as relações entre deficiência e doenças raras e temas como classe, gênero, raça, ciclo de vida, condição de trabalho, cuidado, vida autônoma e interdições, de modo a refletir as variadas "narrativas da deficiência" e processos classificatórios. Serão, ainda, aceitos trabalhos sobre movimentos por políticas públicas para pessoas com deficiência e doenças raras nos temas de mercado de trabalho, educação, saúde, assistência social, serviços de apoio, incluindo assistentes pessoais, intérpretes de língua de sinais, entre outros. Gostaríamos, ainda, de receber reflexões sobre algumas provocações: a primeira se detém na discussão se a deficiência deve ser apenas objeto de estudo da Antropologia, ou sujeito dela. Privilegia-se nesse debate os trabalhos de pesquisadores/as com deficiência e/ou suas experiências de campo. A segunda refere-se à questão do desejo, seminal para enfrentar a negatividade histórica em torno do tema, haja vista a potência perturbadora, desestabilizadora e agitadora da categoria deficiência para a pesquisa e produção teórica. A terceira provocação diz respeito à questão Ontológica, e as relações entre o tema e outros como animais (ex. equoterapia, cães de trabalho e suporte), objetos (cadeiras de rodas, bengalas, pulmões de aço), tecnologias (fala computadorizada, smartphones), linguagens.

Surdo, deficiente auditivo e bilinguismo

Autoria: Cibele Barbalho Assensio (unifesp)

O objetivo deste work é empreender uma análise de categorias relativas à surdez, explorando seus possíveis manejos e variações no interior de propostas de educação bilíngue para surdos. De modo geral, propostas de educação bilíngue para surdos são aquelas que concebem a língua de sinais como língua materna (L1) e a língua oral como segunda língua (L2). Que categorias estão em jogo para diferenciar esses sujeitos que deveriam ser educados no bilinguismo? Busco descrever e examinar categorias geralmente utilizadas entre agentes que afirmam e performatizam a surdez como uma particularidade linguística e cultural, tendo como bases metodológicas a pesquisa etnográfica e a análise de documentos legislativos sobre o tema. De que maneiras figuram as denominações, ?os surdos? e ?os deficientes auditivos? ou ?as pessoas com deficiência auditiva? em textos que regulamentam propostas bilíngues para surdos ou servem a essas propostas como pano de fundo? Ademais, que possíveis atualizações podem ser notadas nos últimos anos, quando foram implementadas políticas linguísticas relacionadas à Libras e também postas em práticas as propostas de inclusão nos moldes do chamado Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Situo tais categorias em um contexto histórico amplo de elaboração discursiva da surdez, explorando maneiras como algumas tensões



tem se atualizado ou se redesenhado ao longo dos anos, pós Lei de Libras. Que tipo de deslocamento as propostas de educação bilíngue puderam produzir em um escopo mais geral de categorias vinculadas à surdez/deficiência auditiva? Cabe observar relações de tensão entre as designações deficiente auditivo e surdo , mas também suas mudanças e possíveis redefinições em termos mais pragmáticos. Até que ponto é possível falar em choque de normatividades no âmbito da educação? Procuo explorar tal debate, demonstrando a complexidade da questão quando colocada em termos de categorias identitárias, bem como seus desdobramento práticos para políticas educacionais.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: